

Sumário

Apresentação.....	1
Prefácio	3
Introdução	5
1 Definição do tema e problema de pesquisa.....	7
2 Técnicas e procedimentos metodológicos utilizados	7
2.1 Considerações iniciais	7
2.2 Classificação geral dos métodos.....	9
2.3 Procedimento metodológico – análise de conteúdo	10
2.4 Técnicas metodológicas.....	10
2.4.1 Estudo de caso.....	10
2.4.2 Questionário.....	12
2.4.2.1 Metodologia geral do <i>survey</i>	12
2.4.2.2 Desenho básico do <i>survey</i>	13
2.4.2.3 Elaboração das perguntas e possíveis respostas	16
2.4.2.4 Questões éticas	18
Capítulo I – A Implementação de uma Governança Informacional no Brasil	21
1.1 Arcabouço normativo em direito de acesso à informação.....	28
1.1.1 A Constituição de 1988 e a transparência pós-redemocratização.....	29
1.1.2 Gestão e responsabilidade fiscais e orçamentárias	35
1.1.3 Informação, direito à verdade e memória social.....	42
1.1.4 Lei de Acesso à Informação: o balanço de uma década.....	46
1.2 Execução da política de transparência pelo governo federal.....	53

1.2.1 Regulamento federal: o Decreto nº 7.724/2012	54
1.2.2 Um panorama da transparência ativa federal.....	57
1.2.2.1 Sites oficiais do governo federal.....	57
1.2.2.2 Portal da transparência federal	64
1.2.2.2.1 Opacidade na gestão da pandemia de Covid-19.....	75
1.2.2.3 Desempenho em rankings internacionais e nacionais.....	78
1.2.3 Análise da transparência passiva: solicitações de acesso	86
1.2.4 Trajetória e histórico de transparência:	
(des)continuidades, avanços e desafios.....	103
1.2.5 As recentes tentativas de retrocessos em informação	
e transparência pública.....	106
1.3 Da Transparência à participação: como o acesso impacta	
o <i>accountability</i> e <i>advocacy</i>	110
1.3.1 Assimetria no acesso a informações e autoridades	
por diferentes atores.....	113
1.3.2 Como equilibrar o jogo: campanhas em Uganda,	
Índia, Quênia e Indonésia	119
1.4 Conclusões parciais	128
 Capítulo II – A Relação entre Informação, Democracia e	
<i>Accountability</i>: um panorama da participação no Brasil.....	131
2.1 A recente crise democrática e seus impactos nos espaços	
de participação	133
2.2 Promoção da participação popular pelo governo federal:	
frequência e impacto	142
2.2.1 Meios constitucionais de democracia direta	144
2.2.2 Política Nacional de Participação Social	149
2.2.3 Código de Defesa do Usuário de Serviço Público.....	152
2.2.4 A previsão de mecanismos de participação social em	
outras normas	156
2.2.5 Uso de mecanismos de participação no Executivo	
federal: aspectos teóricos, quanti e qualitativos.....	159

2.2.5.1 Audiências e consultas públicas	159
2.2.5.2 Conselhos e comissões nacionais.....	181
2.2.5.3 Conferências nacionais.....	192
2.2.5.4 Diagnóstico dos mecanismos participativos.....	199
2.3 O modelo coparticipativo de democracia de Dworkin e a experiência do <i>Regulation.gov</i> : como se aproximar destes modelos?	199
2.3.1 Democracia coparticipativa de Dworkin.....	199
2.3.2 Caso de sucesso do governo federal estadunidense	205
2.4 Conclusões parciais.....	216

Capítulo III – Além da Transparência e Participação:

o paradigma de governo aberto	221
3.1 A implementação de um governo aberto no Executivo federal.....	228
3.1.1 Planos de Ação Nacional.....	230
3.1.2 Política de Dados Abertos.....	234
3.1.3 Programas públicos de monitoramento da abertura de dados	237
3.1.4 Maturidade da abertura de dados.....	254
3.1.4.1 Modelos teóricos	254
3.1.4.2 Recomendações de organizações internacionais: Banco Mundial e OCDE	258
3.1.4.3 Rankings e indicadores internacionais.....	261
3.1.5 Próximos passos para promover um governo mais aberto e transparente	265
3.2 A abertura de dados nos governos estaduais e municipais: um balanço geral.....	273
3.3 Por que implementar um Estado aberto? Iniciativas bem-sucedidas em Uganda, Colômbia, Indonésia, EUA e Brasil.....	281
3.5 Conclusões parciais.....	291

Considerações Finais – diagnóstico, lições e próximos passos	297
Notas Finais.....	305
Referências Bibliográficas	359